



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

**PORTARIA N.º 085/2025**

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a importância da transparência como forma de promoção de acesso à cidadania;

**CONSIDERANDO** ser apropriado que os Tribunais divulguem em seus portais os itens referentes à transparência do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) que colocou a transparência e o acesso à informação pública como valores centrais do Estado Brasileiro;

**CONSIDERANDO** a necessidade da busca por melhores resultados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 265/2018, que acrescentou o Anexo II à Resolução nº 215/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

**CONSIDERANDO** a avaliação do CNJ do Ranking da Transparência do Poder Judiciário do ano de 2026, bem como da avaliação deste item no eixo transparência do Prêmio Qualidade de 2026 do CNJ,

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar o Grupo de Trabalho Ranking Transparência do TJM/RS, o qual será coordenado pela Chefia do Núcleo de Gestão Estratégica e composto pelos seguintes servidores: o servidor do Núcleo de Gestão Estratégica Alcione Rogerio de Freitas Haselein, Id. Func. 2425270, o servidor da Coordenadoria de TIC Gabriel Crauss Rodrigues de Freitas, Id. Func. 3681882, a servidora da Coordenadoria Administrativa Lisiane da Silveira Daniel, Id. Func. 4374584, o servidor do Serviço de Orçamento Gladimir Lemos Urrutia, Id. Func. 1851241, o servidor da Ouvidoria Felipe Petrulis, Id. Func. 4230345, o servidor da Secretária do órgão Julgador Julio Cezar Lanes Vieira, Id. Func. 2215454, e a servidora da Direção-Geral Ivanilde Nesello, Id. Func. 2425173.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será responsável pelo seguinte:

I - Realizar o diagnóstico do desempenho do TJM/RS no Ranking Transparência do CNJ de 2025 e apresentar relatório circunstanciado e propostas de medidas mitigadoras para o ano de 2026;

II - Tomar as medidas necessárias para que todos os itens previstos na Resolução nº 215/2015 e nº 265/2018 do CNJ, que dizem respeito ao Ranking transparência, estejam contemplados no sítio do TJM/RS até o dia 30 de março de 2026;

III - Analisar todos os itens do Glossário do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, que será publicado em fevereiro de 2026;

IV - Acompanhar e controlar, a partir de 20 de dezembro de 2025, todos os arquivos e informações publicados no sítio do TJM previstos na Resolução nº 265/2018 e regulamentações subsequentes, para que estejam atualizados e corretamente dispostos para consulta, avaliação e auditoria a qualquer momento, pela sociedade em geral, público interno e CNJ;

V - Realizar a interlocução entre todas as unidades, administrativas e jurisdicionais da JME, a fim de orientar servidores e magistrados, objetivando o cumprimento das referidas determinações do CNJ.

Art. 3º O Grupo de Trabalho deverá se reunir mensalmente, em calendário a ser publicado, e produzir ao final de cada reunião uma ata com orientações aos setores responsáveis pela alimentação dos itens avaliados, auditados e que serão disponibilizados no sítio do TJM/RS.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 130/2020, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 6.839, de 29/09/2020.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar, em Porto Alegre, 10 de novembro de 2025.

**MARIA EMÍLIA MOURA DA SILVA**

**DESEMBARGADORA MILITAR PRESIDENTE**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

**Herbert Schonhofen**  
**Diretor-Geral**



Documento assinado eletronicamente por **Maria Emília Moura da Silva, Presidente**, em 19/11/2025, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0182657** e o código CRC **3D2410A5**.